



2017: um ano negro para a sustentabilidade ambiental e para as energias renováveis

Texto_ José Medeiros Pinto
[Secretário Geral da APREN]

Não podemos deixar de nos referir ao ano de 2017 sem falar da marca indelével dos incêndios. Como foi possível esta tragédia de terem ocorrido dois incêndios devastadores num intervalo de 4 meses, um em junho e outro em outubro, que causaram tantas mortes e que destruíram tantas famílias, para além de terem destruído instalações industriais afetando centenas de empresas e abalando a economia regional, se não mesmo a economia nacional?

Como foi possível que, com tanta estrutura de prevenção existente (SIRESP, sistemas de vigilância, etc), com tantos meios tecnológicos hoje ao dispor, quer para a prevenção quer para o combate, os incêndios tenham tomado tamanha dimensão? Em particular como foi possível o incêndio de outubro, depois da experiência nefasta de junho? Como foi possível este desperdício, esta inépcia, esta incapacidade de gerir o bem público...





a biomassa florestal simplesmente ardeu, perdeu-se, desperdiçou-se, ou seja, não foi utilizada para fins económicos e, para além disso ainda contribuiu, desnecessariamente, para a emissão de toneladas de CO₂ para a atmosfera.

Acreditamos que com um melhor ordenamento do território, a efetiva recolha da biomassa residual e o seu aproveitamento em processos de valor acrescentado, nomeadamente através de centrais de produção de eletricidade que o Governo agora anunciou Decreto-Lei n.º 64/2017, que prevê nova potência de centrais a biomassa até um total máximo de 60 MW, distribuído por unidades até 15 MW, estrategicamente localizadas nos concelhos de maior recurso poderia ter atenuado a tragédia.

Na esfera da produção de eletricidade a partir das energias renováveis, o cenário de 2017 não foi nada bom, pois a produção hídrica foi historicamente baixa e todo o setor se ressentiu.

Mas devo, contudo, salientar um aspeto promissor. As interligações com Espanha e o armazenamento proporcionado pela bombagem hidroelétrica permitiram mitigar esse inconveniente, tendo sido registados grandes volumes de troca e de armazenamento, os quais permitiram compensar os períodos de maior escassez de recurso renovável, nivelando preços e oferecendo disponibilidade de potência para os picos de consumo.

Um parêntesis para lembrar que a bombagem hidroelétrica é uma tecnologia antiga e que tem sido usada com sucesso desde os primórdios dos sistemas elétricos de potência

interligados. Em Portugal temos o caso das centrais hidroelétricas de Alto Rabagão que data de 1964, Vilarinho das Furnas de 1987, e mesmo Aguireira terminada em 1981, tudo muito antes de se adivinhar que as tecnologias, eólica e solar, teriam qualquer expansão. Por seu lado, na vizinha Espanha construíam-se, nas décadas de 60 e 70, grandes obras de turbinamento e de bombagem como o complexo hidroelétrico de Aldeadávila e de Vilarinho na fronteira Internacional do rio Douro e seus afluentes, Moralets-Llauset – 219MW, em operação desde 1985, La Muela II – 635MW, em operação desde 1989, entre muitas outras. Ou seja, a tecnologia de armazenamento constitui uma solução inteligente em qualquer sistema elétrico, independentemente de existir produção eólica ou solar!

Fechado este parêntesis voltemos ao ano de 2017.

Em resultado da menor produção renovável, os preços da eletricidade subiram de forma significativa no mercado diário, o que se refletiu negativamente nos comercializadores e nos consumidores em mercado livre, que a tiveram que adquirir.

Até ao final de outubro os preços estavam 43% acima dos do ano anterior. Ou seja, em 2016 o comercializador podia comprar energia a uma média de 35,6€/kWh, enquanto em 2017 a teve que comprar a 51,05€/MWh.

O que deve ser feito em 2018

A produção fotovoltaica tem tido redução de custos surpreendentes e Portugal ainda

não captou as vantagens desta redução. Os processos de intenções dos promotores em novas centrais esbarram com dificuldades administrativas, com a fraca capacidade de receção da rede e com a incerteza de preços para o futuro. É preciso assegurar maior previsibilidade para o setor, pois só assim teremos a redução do custo do capital e, conseqüentemente preços mais baixos. Em Espanha as centrais fotovoltaicas ofereceram preços de concurso de cerca de 40€/MWh, mais baixos do que o preço médio do próprio mercado MIBEL...

A tecnologia de produção eólica tem tido também ganhos de eficiência significativos, e uma grande parte das centrais instaladas começa a atingir 15 ou 20 anos de vida. É preciso que o Governo regulamente e regule as condições técnicas e contratuais para que os promotores possam proceder à substituição de aerogeradores antigos, por novos mais eficientes. O País só pode sair a ganhar deste processo pois com maior produção renovável, teremos um menor nível de emissão de partículas e de gases de efeito de estufa e a redução das despesas de importações de combustíveis fósseis.

Portugal quer ser um País neutro em emissões de carbono em 2050, ou seja, o que se emite para a atmosfera tem que ser equivalente ao que a floresta absorve. Nesse sentido temos que ter um setor elétrico quase 100% renovável, objetivo muito, muito longe de ser atingido.

É, pois, preciso decidir e dar os passos certos hoje para percorrer este longo caminho de sucesso.